

## APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DO XXIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

AR | 7 e 8 de abril de 2022

**Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Senhoras e Senhores Deputados**

Apresentamos o Programa de Governo numa conjuntura mais uma vez desafiante, sob o peso de uma terrível guerra.

Isto não inibe a nossa permanente determinação.

Muito pelo contrário.

Sabemos e como sabemos bem o que são desafios.

Enfrentámos nos últimos 2 anos o desafio mais interpelante das nossas vidas, causado por uma pandemia.

Uma pandemia que nos abanou a todos e que precisou de respostas fortes do Estado Social.

Respostas novas, nunca antes testadas nunca antes experimentadas, que exigiram uma reorganização e uma mobilização total da Segurança Social e um foco permanente na proteção dos cidadãos, dos rendimentos, do emprego, do apoio às famílias, às empresas e ao setor social.

Em tempo recorde, 3 milhões e meio de Pessoas foram abrangidas por mecanismos de proteção, novos, diferentes, criados à medida das novas necessidades que surgiram.

Senhores Deputados,

Os resultados demonstraram que este tem sido o caminho certo.

2 anos depois, com todo o impacto da pandemia, hoje temos:

- um valor mínimo histórico de 6% na taxa de desemprego, nomeadamente com os números que agora já nos indicam para março de 2022 de redução mais uma vez de cerca de 18 mil pessoas inscritas no IEFP
- um recorde de Trabalhadores declarados à Segurança Social que atingiu pela primeira vez 4 milhões e 800 mil Trabalhadores

Mas,

Senhores Deputados,

A Pandemia não nos impediu de continuar a avançar com reformas estruturantes no Estado Social e no emprego:

- Aumentámos o salário mínimo o que, pasme-se a direita, não provocou aumento do desemprego
- Pelo contrário tivemos o maior número de sempre de trabalhadores a contribuir para a Segurança Social e a fazerem parte do sistema
- Ganhámos 26 anos na sustentabilidade da Segurança Social face a 2015, fruto da capacidade de manutenção e de criação de emprego de mais de 600 mil novos postos de trabalho e de um aumento de 40% das remunerações declaradas à Segurança Social
- Temos hoje Todos mais confiança no sistema público de proteção social e, não por acaso, desapareceram do discurso político as soluções milagrosas de privatização da segurança social
- Mobilizámos investimento estrutural, com a aprovação de 250 milhões de investimento em novos equipamentos sociais, em plena pandemia, para 21 mil Pessoas

- Lançámos a gratuidade das creches
- Criámos a pensão na hora, em plena pandemia, já com 13.000 Pessoas abrangidas, num momento de simplificação disruptiva do sistema
- Assinámos o Acordo de Concertação Social dedicado à Formação e investimento nas Qualificações
- Construámos, em conjunto, uma estratégia nacional de combate à pobreza focada em públicos alvo (crianças, jovens e trabalhadores), que permitiu retirar 660 mil pessoas da exclusão e, destas, 230 mil trabalhadores
- Alargámos cuidadores informais a todas as pessoas

Aqui chegados, Senhores Deputados,

Vivemos um tempo de um Novo ciclo, com uma legitimidade social acrescida e com uma opção expressa e clara do País feita em 30 de janeiro para um quadro de estabilidade suportado nos valores do Estado Social.

A escolha do XXIII Governo Constitucional traduz esta opção clara do País pelo caminho que aposta num Crescimento Inclusivo, que assume o imperativo de garantir que Todos, mas mesmo Todos, dele fazem parte.

### **Desde logo, quanto à demografia.**

Num contexto em que é evidente que as Pessoas são o recurso mais valioso que qualquer país tem, e em que é evidente a evolução da pirâmide demográfica, é crítico garantirmos, como País, que criamos condições para atrair e fixar Jovens.

É por isso que assumimos como prioridades:

- Concluir a agenda do trabalho digno, como pilar base para a Valorização dos Jovens no mercado de Trabalho, enquadrando novas formas de trabalho, garantindo a estabilidade nas relações laborais e promovendo a real conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, matéria em que Portugal é hoje pioneiro no debate
- Promover uma real partilha de responsabilidades parentais no mercado de trabalho, procurando atingir uma meta ambiciosa que assumimos no plano do Pilar Europeu dos Direitos Sociais de reduzir para metade a diferença na taxa de emprego entre homens e mulheres e a sua participação ativa no mercado de trabalho
- Promover o Compromisso com os parceiros sociais num acordo de rendimentos e competitividade que garanta aos Jovens, aos Trabalhadores e às Empresas um quadro de Confiança que permita aumentar, até 2026, o peso das remunerações no PIB em 3 pontos percentuais, reequilibrando o peso dos salários na riqueza nacional e em paralelo continuar o aumento do salário mínimo sem tabus
- Investimento focado e uma resposta ao desemprego jovem e aos jovens NEET com a meta ambiciosa de baixar para menos de 8% a taxa de jovens NEET
- Atrair Trabalhadores para Portugal, sem complexos, posicionando o país na vanguarda do acolhimento de novas formas e modelos de trabalho e também de captação de nómadas digitais e de trabalhadores remotos que podem trabalhar daqui para qualquer sítio do mundo
- Garantir a inclusão e o reconhecimento fácil no sistema de segurança Social de qualquer Pessoa que escolha Portugal para viver e a qualquer Emigrante Português onde quer que esteja

- Fazer parte do sistema de Segurança Social é estar integrado e garantir que eliminamos também redes que aproveitam a exclusão como forma de riqueza sobre as pessoas e, por isso, criámos a medida do número de segurança social na hora que permitiu que conseguíssemos trazer, em 2 anos, para dentro do sistema 300 mil pessoas que já cá estavam e que estavam à margem de todo o sistema – exemplo do que tem acontecido com o acolhimento dos refugiados que vêm da Ucrânia, neste momento, fruto desta capacidade de reinvenção permanente de integração no sistema, temos 530 pessoas a trabalhar em Portugal abrangidas por este sistema de inclusão
- Promover políticas ativas de repovoamento do interior, com discriminação positiva, dinamizando a taxa de emprego a mobilidade geográfica de trabalhadores e tirando partido das novas formas de trabalho que permitem que se possa trabalhar:
  - do interior de Portugal para qualquer sítio do mundo
  - e também para levar trabalhadores da Administração Pública, que podem a partir do interior trabalhar para qualquer sítio do país

Paralelamente assumimos a prioridade no apoio à infância que é o foco primeiro para a igualdade de oportunidades e de quebrar ciclos de pobreza, com objetivos e metas claras:

- Retirar 170 000 crianças da situação de pobreza até 2030
- Alargar a capacidade das creches e a gratuitidade para todas as crianças

- Criar a garantia para a infância para assegurar um valor mínimo de 1.200 euros por ano a crianças que se encontram em risco de pobreza extrema, assumindo esta como a nossa missão coletiva
- Reforçar o abono de família e as deduções fiscais às famílias
- Promover a desinstitucionalização das quase 7 mil crianças, que estão hoje em casas de acolhimento e que muitas delas podem estar em acolhimento familiar, e apostar nos modelos de apartamentos de autonomia para jovens institucionalizados
- Não podemos desperdiçar 20% das nossas crianças que estão em risco de pobreza e essa tem de ser a nossa missão.

E quanto aos mais velhos e às pessoas com deficiência e incapacidade, os nossos compromissos são igualmente claros:

- Promoveremos uma agenda dedicada à Longevidade e à promoção da participação e cidadania ativa dos mais velhos
- Criaremos um mecanismo de reforma a tempo parcial, como forma de transição progressiva do mercado laboral
- Implementaremos novas respostas dedicadas ao envelhecimento ativo e saudável
- Continuaremos a apostar em respostas sociais que promovam a autonomia e a não institucionalização dos idosos e das pessoas com deficiência
- Continuaremos a reposição do valor de referência do Complemento Solidário para Idosos e do Complemento da PSI para acima do limiar de pobreza

E para tudo isto é também crucial continuar a revolução digital na segurança social, tornando-a mais próxima e mais compreensível para os cidadãos e para as empresas e mais apta aos desafios futuros:

- Reorganizando a Segurança Social. Uma Segurança Social que a pandemia abanou, expondo a urgência da sua transformação e da sua digitalização, ao serviço das Pessoas
- Criando uma prestação social única para eliminar complexidade e diversidade de prestações, tornando a segurança social mais simples e eficaz
- Transformando as prestações sociais em prestações automáticas, sem pedido como por exemplo o abono de família

Uma Segurança Social só cumpre a sua função de promover a igualdade de oportunidades se for simples, próxima e acessível a todos, em particular aos que mais dela precisam e estão em maior vulnerabilidade e com menos informação.

Uma Segurança Social das pessoas. É esta a nossa missão.

Uma sociedade que só cresce com oportunidades iguais para todos.

Num País que se renova.

Num País para Todos e que precisa de Todos.

Um País que só cresce com inovação, com diversidade e com inclusão.

E com a força e a missão, estou certa, que nos move e nos une a Todos.